

PLANO DE SITUAÇÃO NA ZONA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL COMPREENDIDA ENTRE A LINHA DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL PARA ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS, COM EXCEÇÃO DAS ZONAS DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL ADJACENTES AOS ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA E DOS AÇORES COMPREENDIDAS ENTRE AS LINHAS DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL ATÉ ÀS 200 MILHAS MARÍTIMAS

## ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO PLENÁRIA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar, nas instalações do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP, sitas na Rua Alfredo Magalhães Ramalho, 6, em Algés, a primeira reunião da comissão consultiva que apoia e acompanha o desenvolvimento do plano de situação na zona do espaço marítimo nacional compreendida entre a linha de base e o limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, com exceção das zonas do espaço marítimo nacional adjacentes aos arquipélagos da Madeira e dos Açores compreendidas entre as linhas de base e o limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas marítimas, estabelecida pelo Despacho n.º 11494/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 14 de outubro de 2015.

A reunião foi presidida pelo Diretor-Geral de Política do Mar e contou com a participação dos representantes das entidades mencionadas no n.º 2, do artigo 2.º do Anexo I do Despacho n.º 11494/2015, identificados na lista de presenças que se anexa e constitui parte integrante desta ata, sendo de referir ainda que: estiveram igualmente presentes os representantes das administrações portuárias do continente português, convocadas com enquadramento na alínea u) do n.º 2 e em substituição da Associação de Portos de Portugal; o Instituto Hidrográfico, Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental e a Agência para a Competitividade e Inovação, IP (IAPMEI), entidades convocadas nos termos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º; a Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), nos termos do n.º 7 do n.º 2 do artigo 2.º.

A Comunidade Intermunicipal do Algarve não se fez representar.

A reunião decorreu de acordo com ordem de trabalhos que se apresenta no Anexo II, sendo de registar o seguinte:

### **1. Abertura**

O DGPM deu as boas vindas aos presentes e apresentou em traços gerais as intenções da reunião e dos respetivos pontos da agenda.

### **2. Apresentação dos representantes da Comissão Consultiva**

Foi efetuada a apresentação nominal dos representantes das entidades presentes.

### **3. Proposta para o Plano de Situação,**

### **4. Apresentação da Metodologia e programa de trabalhos da elaboração do Plano de Situação e respetivo cronograma, e**

### **5. Apresentação Metodologia e programa de trabalhos da Avaliação Ambiental**

O Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos procedeu à apresentação dos termos de referência para o plano de situação (apresentação e termos de referência, constantes no Anexo III), expondo os princípios, a visão e os objetivos. Referiu que plano será estruturado nas seguintes unidades funcionais: mar territorial e águas marinhas interiores, zona económica exclusiva (subárea do continente, subárea dos Açores e subárea da Madeira) e plataforma continental. Destacou que o plano de situação compreende todo o espaço marítimo nacional e portanto será num documento único e realçou a importância da coordenação entre as entidades responsáveis pela sua elaboração na harmonização do documento. Evidenciou a importância do plano de situação como instrumento de desenvolvimento económico, com garantia de sustentabilidade e contribuindo para a manutenção do bom estado ambiental do ambiente marinho.

Referiu ainda o conteúdo material e documental do plano de situação, destacando os principais usos e atividades e a sua relação com o espaço marítimo aos diferentes níveis, superfície, coluna de água, fundos marinhos e subsolo.

Em termos metodológicos e com o objetivo de garantir uma eficaz coordenação entre os organismos que integram o Ministério do Mar e os organismos competentes das Regiões Autónomas, apresentou a proposta de constituição de um Grupo de Coordenação (GC), na dependência do Gabinete da Ministra do Mar, com a função de assegurar a articulação entre os organismos referidos em matérias estruturantes do plano de situação. Para a elaboração do plano situação, no que se refere ao continente e plataforma continental, propôs a



constituição de seis grupos de trabalho temáticos (GT), que integram diversas entidades e onde se procurará efetuar a concertação de interesses.

Apresentou também o cronograma de trabalhos (Anexo III), referindo que se estima que o processo de elaboração do plano de situação esteja concluído até ao final de dezembro de 2016

Foi apresentada a metodologia de avaliação ambiental (AA) referindo que a mesma será desenvolvida num único procedimento, a cargo da DGRM, com recurso a contratação externa, em colaboração com a Direção Regional dos Assuntos do Mar dos Açores e a Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente da Madeira, que compreenderá as fases previstas na legislação em vigor: determinação do âmbito da avaliação, elaboração do relatório ambiental e emissão da declaração ambiental.

Terminadas as apresentações foi dada a palavra às entidades da comissão consultiva tendo-se registado as seguintes intervenções:

O **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)** em termos mais gerais considerou restritivo apresentar o plano de situação como um plano destinado a permitir a atribuição de títulos de utilização privativa do espaço marítimo, não tendo sido evidenciados pela DGRM os aspetos previstos no regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo, designadamente os enunciados no conteúdo material e documental, cuja observância conduzirá a um documento razoavelmente mais vasto, que contemplará questões importantes como a áreas e domínio relevantes para a conservação da natureza e outros aspetos estratégicos. Apesar de reconhecer que tal não terá consequências de maior na metodologia apresentada entende que seria importante que o planeamento do espaço marítimo traduzisse os diferentes aspetos constantes na legislação.

Ao nível da metodologia e como aspetos de detalhe questionou se seria aprofundada a composição e participação das entidades nos grupos de trabalho considerados e como se iria processar a avaliação ambiental e se comissão consultiva se iria pronunciar.

A **Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis (ENMC)** questionou quem iria coordenar os grupos de trabalho propostos entendendo que ao nível das áreas temáticas e ao nível da pesquisa de petróleo há uma complementaridade entre o Grupo 4 que compreende os recursos energéticos e o Grupo 3 que compreende a investigação científica, que deveria ser assegurada em termos da coordenação.

A Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA) entende que deverá haver uma reflexão sobre os objetivos e princípios enunciados, no sentido de haver uma maior diferenciação entre os dois conceitos, dando como exemplo o princípio da compatibilização de políticas e instrumentos de ordenamento, que no seu entender é um objetivo e não um princípio. A neste nível referiu ainda que deveria haver uma maior aproximação aos princípios estabelecidos no regime jurídico e diretiva do ordenamento do espaço marítimo. Referiu ainda que a metodologia deveria refletir as questões relativas à complementaridade terra-mar, matérias que são relevantes para a APA, designadamente ao nível das intervenções na orla costeira, devendo ser privilegiada uma relação de proximidade.

Ao nível da metodologia questionou como se iria processar a articulação entre os grupos de trabalho e comissão consultiva, e a articulação entre os diferentes grupos de trabalho.

Ao nível da metodologia de avaliação ambiental considera que não está claro como é que está assegurada a necessária articulação com o desenvolvimento do plano de situação.

Ao nível do cronograma dos trabalhos entende que deveria ser ponderada a possibilidade de ser dinamizado um maior número de sessões afetas ao direito à informação, com vista a aumentar a participação e salvaguardar a inclusão de questões específicas.

Para finalizar questionou como se iria processar o sistema de apoio à circulação e partilha de informação para acompanhamento do plano.

A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), enquanto entidade competente ao nível dos recursos geológicos referiu que estes devem ser considerados no plano de situação enquanto um recurso, no plano das condicionantes e enquanto atividade, no plano dos usos. Referiu ainda que terá que ser encontrada uma metodologia para a atribuição dos direitos do estado ao nível no aproveitamento dos recursos geológicos.

A Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente da Madeira (DROTA) manifestou preocupação pelas consequências de um eventual desfasamento temporal entre a conclusão do plano de situação nas regiões autónomas e o continente, e também pela definição da responsabilidade pela execução da avaliação ambiental estratégica.

Como resposta às questões colocadas a DGRM referiu que a apresentação de um plano desta natureza é sempre efetuada de modo sucinto e que não estava em causa a limitação do âmbito do plano de situação, conforme comentado pelo ICNF. Salientou que o plano de situação é o instrumento para a atribuição dos títulos de utilização privativa do espaço



marítimo nacional, e que serão considerados todos os aspetos previstos na legislação. Referiu ainda que este trabalho resultará do esforço conjunto de todas as entidades envolvidas no processo de elaboração, tendo salientado que todos os contributos são bem-vindos. Referiu ainda a importância dos grupos de trabalho para que fosse encontrada a forma mais equilibrada e harmonizada de serem atendidas as questões das diferentes entidades, designadamente ao nível das interações terra-mar. Destacou que em termos metodológicos este processo encontra semelhanças com o processo de implementação da Diretiva Quadro “Estratégia Marinha”, que contou com a participação de um elevado número de entidades, e que o relatório de caracterização das zonas do espaço marítimo nacional terá por base o relatório de avaliação inicial do estado ambiental das águas marinhas nacionais, efetuado no âmbito desta Diretiva.

Referiu que a coordenação dos grupos de trabalho será assegurada pela DGRM e que serão atendidas as sugestões de alteração de composição que as entidades da comissão consultiva propuserem. A este respeito, foi transmitido à ENMC que a investigação, no âmbito da pesquisa de petróleo, se incorporaria também no Grupo 4.

Sobre a calendarização referiu que serão afinadas as questões apontadas pela DROTA, salientado no entanto que a calendarização apresentada é indicativa e que poderá ser melhorada.

Por fim, referiu que será criada uma plataforma de apoio à elaboração do plano e que oportunamente seriam disponibilizados os endereços e respetivos acessos.

No seguimento da reunião registaram ainda as seguintes intervenções:

A **Área Metropolitana de Lisboa (AML)** mencionando que a aprovação do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, em 2007, integrava o mar como parte do espaço territorial português propôs que a Direção-Geral do Território estivesse representada nos Grupos de Coordenação a fim de possibilitar uma melhor articulação terra-mar. Questionou ainda a DGRM sobre qual a área ou matéria em que a AML poderia melhor intervir e dar um contributo mais produtivo no âmbito da elaboração do plano de situação.

A DGPM salientou a perspetiva socioeconómica e local do território e, nessa medida, a importância de participação das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.

Sobre a participação da DGT foi referido que os sistemas de ordenamento terrestre e do espaço marítimo são distintos e complementares.

O representante da **Comunidade Intermunicipal do Oeste** referiu a necessidade de reforçar a interação terra-mar no processo de elaboração dos programas da orla costeira e a necessidade de conjugar os assuntos de modo a garantir a interface com a zona costeira garantindo a gestão integrada da zona costeira. Referiu ainda que ao nível dos grupos de trabalho poderia ser criado um grupo dedicado ao lixo marinho.

O **INCF** evidenciou também as questões relacionadas com a interface terra-mar evidenciando a abrangência do regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo nas lagoas costeiras e estuários e registando alguma indefinição neste domínio, designadamente nos instrumentos de ordenamento terrestre como os programas da orla costeira que importa clarificar. Referiu, neste domínio, que poderiam ser envolvidas as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional. Questionou também a DGRM se o plano de situação vai ter um regulamento. Sobre a calendarização apresentada considera muito ambicioso a conclusão dos trabalhos até agosto.

A DGRM respondeu que as questões relacionadas com a interface terra-mar são abordadas no processo de elaboração dos programas da orla costeira, em que a DGRM participa juntamente com as outras entidades, e serão integradas no plano de situação, tendo referido que o mesmo se passará com os planos de ordenamento das áreas protegidas. Referiu ainda que o plano de situação observará as disposições do regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo, nos seus conteúdos material e documental.

## **6. Aprovação da calendarização indicativa das reuniões plenárias**

A calendarização apresentada pela DGRM, a qual considera a realização da segunda reunião da comissão consultiva na primeira semana de setembro de 2016 e a realização da terceira e última reunião no dia 19 de outubro, foi aprovada por unanimidade dos presentes.

## **7. Outros assuntos**

O representante da **Administração dos Portos de Sines e do Algarve** referiu-se à questão da representatividade do setor na comissão consultiva, atendendo a que, em substituição da Associação de Portos de Portugal que estariam agora representadas todas as administração portuárias.



O DGPM referiu que, na sequência da solicitação de indicação de representantes para a comissão consultiva, a Associação de Portos de Portugal comunicou que, de acordo com os seus estatutos não era a entidade competente, em sede jurídica, para representar as autoridades portuárias, pelo que a DGPM convocou todas as administrações portuárias do continente português.

### 8. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, o Diretor-Geral da Política do Mar referiu que a apresentação efetuada pela DGRM seria disponibilizada a todas as entidades, realçou a importância de serem recebidos os contributos aos termos de referência previamente enviados e deu por encerrada a reunião.

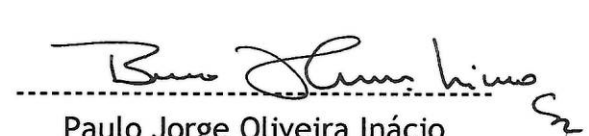
Direção-Geral da Política do Mar

-----  
João Fonseca Ribeiro

Agência Portuguesa do Ambiente, IP

  
-----  
Margarida Almodovar

Autoridade Marítima Nacional

  
-----  
Paulo Jorge Oliveira Inácio

Direção -Geral de Energia e Geologia

-----  
Maria José Espírito Santo

Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, EPE

  
-----  
José Miguel Martins

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

  
-----  
Mário Silva

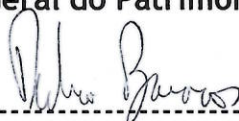
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP

-----  
Vitor Henriques


Turismo de Portugal, IP

  
-----  
Marta Lazana

Direção-Geral do Património Cultural

  
-----  
Pedro Barros

Guarda Nacional Republicana

  
-----  
João Carlos Silva do Nascimento



**Comunidade Intermunicipal do Alto Minho**

-----  
Ruy Guerreiro

**Comunidade Intermunicipal do Cávado**

-----  
Benjamim Pereira

**Área Metropolitana do Porto**

-----  
António Costa Rei

**Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**

-----  
Fernando Caçoilo

**Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra**

-----  
João Ataíde

**Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

-----  
Inês Marrazes

**Comunidade Intermunicipal do Oeste**

-----  
Carlos Bernardes

Área Metropolitana de Lisboa

-----  
Demétrio Alves

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

-----  
Nuno Mascarenhas

Docapesca – Portos e Lotas, SA

-----  
Isabel Guerra

Região Autónoma dos Açores

-----  
Gilberto Carreira

Região Autónoma da Madeira

-----  
Manuel Ara Gomes Oliveira

Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo

  
-----  
António Mimoso

Administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz

-----  
Luís Sousa



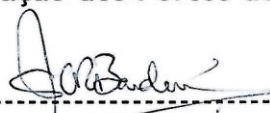
**Administração do Porto de Lisboa**

-----  
Paula Sengo

**Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra**

-----  
Joana Coelho

**Administração dos Portos de Sines e do Algarve**

  
-----  
Eduardo Bandeira

**Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental**

-----  
Aldino Campos

**Instituto Hidrográfico**

  
-----  
Miguel Reis Arenga

**Agência para a Competitividade e Inovação, IP (IAPMEI)**

  
-----  
João Pimentel

**Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos**

  
-----  
Miguel Sequeira

